

**ANEXO 5 –
CONTRATO DE
NEPOMUCENO**



PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

235

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATO Nº 058/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 002/2019

O MUNICÍPIO DE NEPOMUCENO, com sede na Praça Padre José nº 180, nesta cidade de Nepomuceno - MG, CNPJ nº 15.244.350/0001-89, neste ato representado por sua Prefeita, Sra. Luiza Maria Lima Meneses, CPF nº 395.600.526-34, RG MG-2.065.050 SSP/MG, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua João Barbosa Oliveira, nº 51, Centro, na cidade de Nepomuceno - MG, doravante no presente instrumento denominado simplesmente CONTRATANTE, e a sociedade PONTES MATOS-SOCIEDADE DE ADVOGADOS inscrita no CNPJ sob o nº 32.244.169/0001-83, com sede na Rua Marília de Oliveira, nº 228 Andar B, Bairro Leopoldo, na cidade de Belo Horizonte - MG, CEP 31270-000, doravante denominada CONTRATADO, resolvem celebrar o presente Contrato de prestação de serviços, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 - O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de consultoria e assessoria jurídica, conforme proposta apresentada, nas áreas do direito constitucional, administrativo, tributário, financeiro e gestão com a elaboração das peças e recursos necessários, distribuição de memoriais e sustentação oral nos processos de interesse do Município de Nepomuceno/MG, junto ao Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ), TRF, STJ e STF, elaboração de pareceres jurídicos acerca de temas de relevância para a administração jurídica envolvendo licitações, contratos, execução orçamentária, servidores públicos, regime de previdência, avaliação de desempenho, entre outros assuntos de interesse do Município, incluindo-se visitas mensais à sede da Contratante, mais especificamente:

- a) Direito Administrativo: abordagem dos aspectos relacionados à área de atuação de contratos administrativos, convênios, recursos humanos, organização administrativa, entre outros;
- b) Direito Tributário: abordagem dos tributos de competência municipal, processos tributários administrativos, entre outros;
- c) Direito Financeiro: abordagem das questões relacionadas ao Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei Orçamentária Anual, Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Federal nº 4.320/64, subvenções, auxílios, contribuições, entre outras;
- d) Direito Constitucional: abordagem das implicações constitucionais nos aspectos que envolvem a gestão pública;
- e) Patrocinio ou defesa de causas judiciais ou administrativas, desde a outorga do necessário instrumento de procuração, objetivando a defesa dos interesses da entidade, junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas



PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ESTADO DE MINAS GERAIS



Gerais, Tribunais de 2ª Instância e Tribunais Superiores, relacionados à especialização do Contratado.

1.2 - A contratação não exclui a necessidade de emissão de parecer pelos advogados, membros do Secretariado do Município, apontando quais as dúvidas existentes. Questões junto ao Tribunal de Contas também estão incluídas, destacando, no entanto, a necessidade de encaminhamento de esclarecimentos escritos sobre quaisquer objeções daquele Tribunal, da Comissão de Licitação, do responsável pelos empenhos, liquidação, obras e serviços.

1.3 - Os serviços advocatícios não excluem e nem suprem a advocacia local, sendo específicos para causas de maior complexidade, inclusive para acompanhamento junto ao Tribunal de Justiça, causas que serão definidas abaixo, inclusive por levantamento da situação local, compreendendo ações de competência originária do Tribunal de Justiça. Destaca-se que o Município fica responsável por encaminhar relatório acerca dos fatos com a documentação existente.

CLAUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1 - Por se tratar de serviço essencial a administração municipal o prazo de execução é fixado pelo período de 12 (doze) meses consecutivos, contados da data da assinatura desta ata, ficando sob prerrogativa de continência o art. 57, II da "Lei Federal" nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante termo aditivo.

CLAUSULA TERCEIRA - VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

3.1 - O valor do presente contrato é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), correspondente ao preço total proposto pela CONTRATADA.

3.2 - O pagamento será efetuado em parcelas mensais, ao valor de R\$12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), sendo pago no prazo de 05 (cinco) dias, após a emissão e apresentação da nota fiscal pela CONTRATADA.

3.3 - No caso de eventual prorrogação contratual será aplicado o índice de correção do IGP-M acumulado no período de 12 (doze) meses.

3.4 - Nos valores em questão não estão incluídas as despesas de viagem decorrentes de solicitação da CONTRATANTE, nem tampouco aquelas decorrentes de custos e demais empenhos judiciais, sendo certo que, no caso de ocorrência de despesas decorrentes de uma ou de outra situação, as mesmas serão objeto de ressarcimento pela CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, incluindo despesas com hospedagem em hotel, alimentação, e, em casos de visitas in loco, caberá ao Contratante optar entre a disponibilização ao escritório veículo com motorista para o transporte ou solicitar ao Contratado que providencie os meios de transporte. Nesta última hipótese, caberá ao Contratado optar entre a utilização de serviço de taxi ou de veículo próprio, com ressarcimento dos valores gastos no prazo de 30 dias.

Havendo utilização de veículo próprio, a Contratante pagará ao Contratado valor correspondente a R\$ 1,34 (um real e trinta e quatro centavos) para cada quilômetro de deslocamento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

3.5 - Caso não haja o pagamento dos valores, conforme disposto no item 3.2 desta cláusula, será aplicada a percentual de 2% a título de multa moratória e juros, pro-rata, calculados a razão de 1% ao mês.

3.6 - Será permitida o reajuste do contrato desde que seja observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do contrato, aplicando-se a variação do IGP-M/FGV, ocorrida no período ou outro indicador que o venha a substituir.

3.7 - Caberá ao Contratado efetuar os cálculos relativos ao reajuste dos preços dos serviços e submetê-los à aprovação do Contratante.

3.8 - Nos Reajustes subsequentes ao primeiro, se for o caso, a anualidade será contada a partir da data do último reajuste aprovado.

3.9 - Os reajustes serão formalizados por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizados por aditamento.

3.10 - Qualquer tributo ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, se comprovada repercussão nos preços contratados, estes serão revisados mediante Termo Aditivo, para mais ou para menos, conforme o caso.

3.11 - Caberá ao Contratado efetuar os cálculos relativos a repactuação e submetê-los à aprovação do Contratante.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 - São obrigações das partes contratantes:

a) executar fielmente o presente contrato, segundo as cláusulas avençadas e as normas de regência, respondendo pelas consequências da inexecução total ou parcial de suas obrigações;

b) exercer a CONTRATADA suas atividades segundo princípios éticos, objetivando-se a preservação dos interesses e direitos da CONTRATANTE;

c) fornecer à CONTRATADA ao CONTRATANTE todas as informações pertinentes aos procedimentos e atividades realizadas, esclarecendo-a sobre as questões jurídicas inerentes à prestação do serviço;

d) responsabilizar-se a CONTRATADA pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excludo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento da execução do contrato por parte da CONTRATANTE;

e) responsabilizar-se a CONTRATADA, com exclusividade, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato.

13/11/2011



PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ESTADO DE MINAS GERAIS



Observando-se, em qualquer hipótese, o disposto no artigo 71, §§ 1º e 2º da Lei Federal nº 8.666/93.

f) admitir a CONTRATADA a fiscalização da CONTRATANTE quanto à execução do presente contrato, fornecendo-lhe as informações e documentos solicitados;

g) manter-se, a CONTRATADA, durante toda a execução do objeto do presente contrato nas mesmas condições que permitiram sua contratação;

h) efetuar, a CONTRATANTE, em favor da CONTRATADA todos os pagamentos devidos em virtude do presente contrato;

i) proceder a CONTRATANTE às publicações concernentes a presente contratação, na forma exigida pela Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA - DAS PENALIDADES

5.1. O atraso injustificado na prestação dos serviços do objeto contratado, ou realizado em desacordo com o pedido, sujeita a CONTRATADA às seguintes sanções:

a) multa de 1% (um por cento), sobre o valor atualizado do contrato pelo atraso injustificado, de até 30 (trinta) dias na prestação de serviços;

b) multa de 10% (dez por cento), sobre o valor total atualizado do contrato, pelo atraso superior a 30 (trinta) dias ou pela inexecução parcial ou total do contrato;

5.2. O valor da multa aplicada deverá ser recolhido na Secretaria Municipal de Fazenda, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da respectiva notificação;

5.3. As multas referentes ao subitem 5.1 não impedem a aplicação concomitante de outras sanções previstas na Lei 8.666/93, tais como:

a) Advertência por escrito;

b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Nepomuceno, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;

d) rescisão contratual;

CLAUSULA SEXTA - DA RESCISÃO

6.1 - Este contrato pode ser rescindido, se assim o justificar o interesse público, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias, sem que sejam devidas indenizações ou compensações de qualquer espécie, ou por qualquer das outras, conforme artigos 7º e 7º da Lei 8666 de 21 de junho de 1993.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

8.2 - Se a CONTRATADA subcontratar total ou parcialmente o objeto do presente contrato sem a prévia e expressa autorização do Município, este poderá ser rescindido.

8.3 - Rescindido o contrato a CONTRATADA terá ratido todo o crédito decorrente do contrato, e a Administração terá o valor a ela devido, ficando a Administração com o direito de reter os serviços e aplicar multas na CONTRATADA, além de exigir, se for o caso, indenização, art. 55, IV, Lei 8.666/93.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL

7.1 - A CONTRATADA se responsabilizará, civil e criminalmente, por quaisquer danos materiais e morais causados a terceiros em decorrência da prestação de serviços do objeto deste contrato.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1 - Este contrato poderá ser alterado, nos casos previstos nos artigos 57 e 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através de termo aditivo.

8.2 - Ressalva-se à CONTRATANTE o direito de promover alteração contratual com variação de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, a qual se formalizará através de Termo Aditivo (§ 1º art. 65 da Lei 8.666/93).

CLÁUSULA NONA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 - A dotação orçamentária destinada a arcar com as despesas decorrentes deste contrato constará por conta de dotação vigente para o exercício de 2019: 02.01 Gabinete do Prefeito - Conta - nº 04.122.0401.2.101 Manutenção Atividades GABINETE DO PREFEITO - 10.20.500 Serviços de Consultoria.

CLÁUSULA DÉCIMA - REGIME LEGAL

10.1 - O presente contrato rege-se basicamente, pelas normas consubstanciadas na Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 93, complementadas suas cláusulas pelas normas contratuais constantes no Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 003/2017, não exigida a licitação por tratar-se o contratado de profissional da área jurídica com notória especialização conforme processo administrativo, que é parte integrante deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Nepomuceno, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente contrato.

E por estarem as partes justas e contratadas, lavra-se o presente contrato em 3 (três) vias de igual teor e para a mesma finalidade, que após lido e achado conforme, vai pelas partes assinado em presença das testemunhas abaixo.

Nepomuceno, 08 de Abril de 2019.



PREFEITURA MUNICIPAL DE NEPOMUCENO

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ESTADO DE MINAS GERAIS

[Signature]
PREFEITURA MUNICIPAL DE
NEPOMUCENO
LUIZA MARIA LIMA MENDES - PREFEITA
CONTRATANTE

[Signature]
PONTES MATOS SOCIEDADE DE ADVOGADOS
AELTON PONTES MATOS - SOCIO-DIRETOR
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

Nome

CPI

Nome

CPI